

MOVIMENTO ESTUDANTIL, UNIVERSIDADE PÚBLICA E NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES DE UM EX-MILITANTE MUNICIPAL

Student movement, public university and neoliberalismo: reflections of a former municipal activist

George Gomes Coutinho*
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Este ensaio irá abordar o movimento estudantil enquanto movimento social tendo por ponto de partida o trabalho de conclusão da graduação em Serviço Social na UFF-Campos elaborado por mim nos anos de 2002/2003. Reunindo memória pessoal e política, o que inclui análise profissional posterior e dados factuais, pretendo apresentar, nesta síntese rediviva e crítica elaborada quase duas décadas depois, reflexões sobre a formação política, um dos trunfos do movimento estudantil, e o enfrentamento micro dos tentáculos educacionais do neoliberalismo. Meu argumento irá advogar, além da criação de fatos políticos promovidos pelo movimento, em prol da imaginação política enquanto possível consequência importante da socialização oriunda do movimento estudantil.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Movimentos sociais. Neoliberalismo. Campos dos Goytacazes.

Abstract

This essay will approach the student movement as a social movement having as a starting point the graduation work in Social Work at UFF-Campos prepared by me in the years 2002/2003. Bringing together personal and political memory, which includes later professional analysis and factual data, I intend to present, in this revival and critical synthesis prepared almost two decades later, reflections on political formation, one of the strengths of the student movement, and the micro confrontation of educational tentacles of neoliberalism. My argument will advocate, in addition to the creation of political facts promoted by the movement, in favor of political imagination as a possible important consequence of the socialization arising from the student movement.

Keywords: Student movement. Social movements. Neoliberalism. Campos dos Goytacazes.

Uma militância municipal¹

O filósofo José Arthur Giannotti (1930-2021), nacional e internacionalmente reconhecido inclusive por suas críticas² teóricas a Louis Althusser (1918-1990), referia-se a si próprio como “filósofo municipal”³. Não sem ironia, quando fosse o caso, permitia ser “promovido” a “filósofo

¹ Agradeço aos pareceristas da Revista Goitacá pela leitura e indicações de correções. Foram os apontamentos do parecer que deixaram este ensaio com a atual formatação.

² Refiro-me a “Contra Althusser”, publicado originalmente no ano de 1968 e republicado posteriormente na coletânea “Exercícios Filosóficos” do autor.

³ As reflexões pós e decoloniais contemporâneas colocam em evidência o quanto as elaborações dotadas de pretensões universalistas são encharcadas de elementos simbólicos, políticos e ideológicos locais e/ou nacionais. Para uma recepção deste debate no diapasão da ciência política brasileira contemporânea, ver Lynch (2013).

estadual” (GIANNOTTI, 2011). Marcos Nobre (2011) reforça que a identificação de “filósofo municipal”, dada a Giannotti por ele mesmo, era uma forma de se distinguir de maneira bem-humorada dos “filósofos mundiais” clássicos ou contemporâneos. Nobre (2011) reconhece a abrangência e as preocupações universalistas e/ou cosmopolitas no trabalho de Giannotti. Sem dúvida a auto-identificação enquanto “filósofo municipal” contém um misto de modéstia com algo de jocoso⁴. Mas, aqui irei mobilizar o “municipal” enquanto escala micro de onde se constroem experiências objetivas e representações. Um lugar que podemos reconhecer sem maiores dificuldades como um ponto de partida. É este o caso neste ensaio. Eu irei abordar uma determinada temática de interesse nacional, no caso o movimento estudantil. Porém, o vivido foi entrecortado pelas particularidades do local, no misto de militante estudantil, jovem pesquisador e estagiário do setor de Serviço Social em instituição pública de ensino superior.

A minha experiência se deu localmente a partir de uma dupla inserção. A primeira foi pela minha condição de estudante de graduação no curso de Serviço Social, onde ingressei na então Escola de Serviço Social de Campos e posteriormente Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional⁵. Meu período na graduação em Serviço Social se deu entre os anos de 1998 e 2003. Dentre o que foi experimentado nesta época, eu fiz parte da gestão Unir Para Intervir que geriu o Diretório Acadêmico Conceição Muniz (doravante DACOM) entre os anos de 1999 e 2000⁶. Foi no período do DACOM que experimentei pela primeira vez e com maior intensidade a militância estudantil institucionalizada⁷, o que me levou a exercer a representação local no 53º Congresso Nacional da União Nacional de Estudantes em 2001⁸.

⁴ “Por considerar que seus textos eram difíceis e poucos eram capazes de efetivamente compreendê-los, Giannotti brincava dizendo que era um filósofo municipal. No entanto, na realidade, ele teve uma importância estruturante na filosofia em todo o Brasil” (PARADA, 2021, p.85).

⁵ O Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional foi criado no ano de 1999. Já o curso de Serviço Social inicia suas atividades décadas antes, no ano de 1962, como braço regional da Escola de Serviço Social de Niterói no Norte Fluminense.

⁶ Participaram desta gestão colegas como Marco Antônio Vieira, Renato Gonçalves, Thais Bernardo, Paulo Santos Júnior, Ciro Andrade, dentre outr@s. Particularmente agradeço a Marco Antônio e Renato pela troca de mensagens enquanto eu redigia este trabalho. Ambos, testemunhas e protagonistas do movimento estudantil universitário local na época, me ajudaram com detalhes que minha memória não registrava mais. Especialmente Marco me enviou o manifesto de lançamento da chapa com a qual concorreremos ao DACOM em 1999 onde, dentre outras bandeiras, estava a denúncia da mercantilização do ensino superior nos anos FHC e, em âmbito local, a busca pela regulamentação do então comumente denominado Serviço Social escolar.

⁷ É importante frisar que antes eu já havia iniciado uma socialização, bastante irregular eu diria, na política estudantil. Eu sou egresso do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (Cefet/Campos), atual Instituto Federal Fluminense (IFF). Ingressei na instituição ainda quando era a tradicional Escola Técnica de Campos (ETFC), no ano de 1993, no curso de Eletrotécnica. Ao concluir o curso técnico no distante ano de 1996 eu havia frequentado assembleias de greves na instituição no governo Itamar Franco, observado disputas pelo grêmio estudantil, contribuído com publicações estudantis, estagiado na Rede Ferroviária Federal no processo de privatização e me aproximado do anarquismo enquanto tradição política. Sobre o anarquismo, este me chegou como consequência de minha proximidade juvenil com o movimento *punk*. Evidentemente, esta primeira aproximação com o socialismo libertário ocorreu de maneira estetizada e muito mais pautada pelo que eu imaginava ser *punk* nos limites materiais e simbólicos de uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Havia algo de “*punk* imaginado”.

⁸ Eu e Marco Antônio Pedro Vieira representamos os estudantes da UFF-Campos, curso de Serviço Social, na ocasião. Eu e ele frequentávamos e éramos parte da corrente O Trabalho (OT) do Partido dos Trabalhadores. Marco era quadro orgânico da OT e do PT e eu atuava de maneira mais independente. A OT,

A segunda entrada no movimento estudantil, desta vez como observador e interlocutor, se deu de maneira menos óbvia e/ou tradicional. Entre 2000 e 2002 fui estagiário do setor de Serviço Social da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (doravante UENF)⁹. Sob supervisão da indiscutivelmente competente assistente social Maria Helena Barros Barbosa, dentre as demandas de rotina do setor, houve o incentivo para a abertura de um canal de diálogo com o Diretório Central de Estudantes, o DCE-UENF¹⁰. Vale lembrar que DCE's, Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos invariavelmente apresentam demandas no âmbito da assistência estudantil e, naquele momento, o DCE-UENF mantinha em sua pauta a instalação tanto do Restaurante Universitário quanto de construção de uma moradia estudantil¹¹. Desta interação, que objetivava prospectar demandas dos estudantes, iniciei um trabalho de interpretação do movimento estudantil onde micro e macro se entrecruzavam.

Da síntese irregular das duas experiências, a do jovem militante e a do estagiário de setor, construí entre 2002 e o primeiro semestre de 2003 o trabalho "Movimento estudantil e (na) Universidade Pública: estratégias para o enfrentamento das políticas educacionais de ensino universitário entre 1994 e 2002"¹² (COUTINHO, 2003). O trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social foi orientado pelo professor José Luis Vianna da Cruz¹³ e trouxe, em movimento de zigue-zague, considerações sobre os dilemas do ensino público superior ao longo

de existência anterior ao próprio PT, mantinha reuniões periódicas na sede alugada do partido neste período na rua Governador Teotônio Ferreira de Araújo, próxima da praça do Chá-Chá-Chá em Campos dos Goytacazes. Destas reuniões participavam companheiros da corrente e da JR, a Juventude Revolução, braço estudantil secundarista da OT. Frequentavam, dentre outros companheiros, Felipe Boechat, Alexandre Badanha, o já citado Renato Gonçalves e Alex Sandre Santos dos Reis (1970-2021), o querido e saudoso "Jacaré", falecido recentemente.

⁹ O setor na época se resumia a um pequeno espaço, penso que duas salas, ocupado no E1 ou "Prédio da Reitoria" no campus da Leonel Brizola, em Campos dos Goytacazes.

¹⁰ A UENF foi fundada em 1993. Assim, tanto o DCE quanto o próprio movimento estudantil no início dos anos 2000 eram tão jovens quanto a Universidade. Vale lembrar que só ao final da minha experiência de estágio o DCE-UENF foi batizado em homenagem ao militante socialista Apolônio de Carvalho (1912-2005) e a sede do Diretório ainda era em um dos barracões desativados que foram utilizados como abrigo de materiais e afins no período de construção dos prédios da Universidade.

¹¹ O Restaurante Universitário, instalado no campus Leonel Brizola em Campos dos Goytacazes, foi inaugurado somente no final do ano de 2014. A moradia estudantil ainda não se materializou, sendo a demanda enfrentada com projetos de concessão individual de auxílio moradia. No início deste século, dentre as conversas que circulavam no DCE, o sonho dourado era bem mais ambicioso e o CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo) um modelo a ser seguido.

¹² Justamente este trabalho que me trouxe a este primeiro número da revista Goitacá. Agradeço ao editorial do periódico pelo interesse, pela lembrança e pela honra do convite. Todavia, aproveito a nota para uma correção. Eu usei o termo "estratégia" no meu título de monografia. Mas, sem dúvida penso que o mais adequado seria "tática". Na literatura de guerra, partindo de Clausewitz que depois será reapropriado por Lenin, *tática* refere-se ao conjunto de ações do *curto prazo*. Já o termo *estratégia* organiza o conjunto de *táticas* visto que almeja uma meta maior e mais complexa a ser alcançada. Portanto, o que eu vivi no movimento estudantil que frequentei foram *táticas* cotidianas de enfrentamento à racionalidade neoliberal, pequenas ações.

¹³ O professor José Luís estava retornando de seu doutorado para as atividades de docência no Instituto e já foi dragado pela vida institucional, o que incluiu a tarefa de orientar minha monografia. Dei trabalho. Eu e José Luís sabemos disso. Igualmente agradeço tanto à professora Erica Terezinha Vieira de Almeida quanto a Aristides Arthur Soffiati pelas contribuições inestimáveis que tornaram possível a conclusão do trabalho. E, claro, agradeço aos três pela síntese de generosidade e paciência que tornou possível a conclusão de minha trajetória enquanto estudante de graduação na UFF-Campos.

da atuação do PSDB¹⁴ no executivo do governo federal. Portanto, o recorte do meu trabalho monográfico lidava com o protagonismo do PSDB na vigência do “octênio” (CUNHA, 2003) do até hoje único sociólogo na presidência brasileira.

Antes de prosseguir, ainda abordando concretamente o ambiente que influenciou o trabalho monográfico e se tornou parte de seu conteúdo, é importante ressaltar que há a modulação local/estadual. Minha experiência de militância individual se deu no movimento estudantil em instituição federal e as decisões do executivo federal foram experimentadas, debatidas e combatidas em escala micro na jurisdição do DACOM, algo que transparece em minha monografia. Contudo, propriamente o meu campo de estágio¹⁵ em Serviço Social ocorreu na UENF, instituição pública de ensino superior do estado do Rio de Janeiro. A conjuntura do momento explicitava as particularidades da política fluminense. Tratava-se do governo Anthony Garotinho (1999-2002), sucedido pelo governo de sua esposa, Rosinha Matheus Garotinho (2003-2007). O clima¹⁶ durante a conjuntura do garotismo no governo do estado era de indisposição tanto por parte dos docentes, representados por sua Associação, a ADUENF¹⁷, quanto pelos estudantes via DCE. Havia ainda uma pauta que uniu a parcela politicamente atuante dos segmentos da comunidade universitária: a luta pela autonomia administrativa e conquista da maioria política da universidade. A UENF, embora tendo seu primeiro reitor eleito por sua comunidade desde 1999¹⁸, não exercia a sua autonomia administrativa, estando submetida à Fundação Estadual do Norte Fluminense¹⁹ (doravante Fenorte) então presidida por Ana Lúcia Sanguedo Boynard²⁰.

Da síntese acima descrita, o que une experiências concretas, opções dentro de uma dada cultura política²¹, modalidades de participação historicamente localizadas, irei revisitar daqui por diante alguns tópicos do meu trabalho monográfico de graduação (COUTINHO, 2003). Creio que

¹⁴ Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 1988.

¹⁵ Meu ingresso no bacharelado em Ciências Sociais da UENF ocorreu em 2001. Deste momento em diante eu acumulei em minha rotina a graduação na UFF até o início do ano de 2003, o estágio na UENF até 2002 e os estudos em Ciências Sociais na instituição. Alerto que a lei 12.089, que veda a possibilidade de um(a) estudante ocupar duas vagas simultaneamente no ensino público superior, é de 2009 e foi sancionada pelo presidente Lula. Portanto, se eu sou réu confesso em diversas ocasiões, neste caso eu sou relativamente inocente.

¹⁶ Faço o uso do termo “clima” na acepção do que os Estudos Culturais chamam de “*mood*” ou simplesmente “humor”, uma ambiência sutil. Para uma aplicação desta categoria em uma discussão de sociologia política aplicada ao Brasil, ver Gajanigo (2020) que mobiliza a proposta para compreender o “clima” de abertura política entre 1974 e 1985 no país.

¹⁷ Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

¹⁸ Professor Salassier Bernardo, engenheiro agrônomo. Foi reitor da UENF entre os anos de 1999 e 2003.

¹⁹ A Fundação foi criada no ano de 1992 pela lei estadual n. 2.043 e foi pensada inicialmente como mantenedora da UENF sendo responsável pela prospecção, captação e distribuição de recursos de naturezas diversas para a Universidade. O efeito reverso foi a interferência direta e indireta na vida político-administrativa da Universidade com chantagens referentes ao orçamento, ameaças e outros expedientes. A Fenorte foi extinta em março de 2016 pela lei estadual 7.237, tendo pessoal, patrimônio e orçamento incorporados à UENF.

²⁰ Graduada em Ciências Sociais pela UERJ, foi presidente da Fenorte de 1999 a 2002. Durante os embates, Ana Lúcia Boynard foi considerada *persona non grata* no campus pelo movimento estudantil local.

²¹ “Por cultura política, entenderemos aqui o conjunto de discursos ou práticas simbólicas [...], conferindo identidades aos indivíduos e grupos, indicando-lhes os limites de suas comunidades e definindo as posições a partir das quais podem demandar” (LYNCH, 2017, p. 6).

seja útil apresentar, afinal, contra o que se lutava. O movimento estudantil que frequentei, em pesquisa ou em militância, era dotado de uma franca tonalidade progressista e vivenciamos o enfrentamento local tanto do *neoliberalismo realmente existente*, imposto pelos dois governos tucanos, quanto do mandonismo urbano do garotismo no governo estadual fluminense. Há uma dialética aqui. A fisionomia do movimento, tal como é nas lutas por reconhecimento social (HONNETH, 2009), se dá justamente contra e com o que se luta. Mas, antes é importante termos clareza sobre como compreendemos o movimento estudantil enquanto movimento social.

Os movimentos sociais são, antes de tudo, ação social coletiva (GOHN, 2008) mobilizada por grupos da população para expressar demandas que podem ser de naturezas diversas. Retomando diálogo que tive com meu orientador na época, o prof. José Luis Vianna da Cruz, havia uma pergunta a ser respondida pela monografia: qual o *móvel* do movimento²²? Não há movimento social sem “móvel” (ou móveis) que o mobilize. O movimento social necessita de elemento ou elementos²³ aglutinador(es)/mobilizador(es) que suplante(m) a inércia, a dispersão dos agentes sociais individuais voltados para a sua reprodução cotidiana, e permita(m) o emprego canalizado de força social *ativa*. Esta operação cognitivo-política torna possível a construção do movimento social enquanto agente coletivo que toma parte do sistema político ora como grupo de pressão externo, modulando o sistema, ora como elemento intrínseco ao próprio sistema quando o movimento se institucionaliza. Conforme já disse, há algo contra e, dialeticamente, com o qual o movimento em questão precisa lidar, suplantar, se diferenciar, dialogar, combater, enfim, experimentar as dinâmicas contraditórias e complementares que caracterizam as experiências de reconhecimento social.

Interpretar o movimento estudantil como movimento social me coloca em diálogo com perspectivas como a de um ainda jovem Jürgen Habermas (1987). O autor vinculado ao esforço coletivo da teoria crítica alemã do século XX teve como um dos seus primeiros objetos de pesquisa justamente o movimento estudantil no contexto dos protestos da juventude dos anos 1960. Habermas reconhecia que os estudantes poderiam desempenhar um papel político relevante em suas sociedades, tanto no capitalismo central quanto no capitalismo periférico. A condição objetiva de transição para o mercado de trabalho francamente disputado, os primeiros passos na construção de uma carreira, a vivência de consciências um pouco mais amadurecidas na implementação de políticas educacionais no ensino superior, a transformação de suas bagagens socioculturais originais e familiares pelos ambientes formais e informais de aprendizagem da Universidade são algumas das bases potenciais para a deflagração de ação coletiva por este grupo

²² Esta pergunta simples de resposta complexa me seguiu em outras análises. Mais um motivo para agradecer ao professor José Luis.

²³ Evidentemente movimentos sociais podem ter pautas diversas e diferentes alvos que podem ser cambiantes dependendo de movimentos conjunturais. Movimentos sociais são dinâmicos, não obstante terem um núcleo duro que reafirme sua identidade coletiva. Caso exemplar de movimento social com estas características é o movimento ambiental em sua pluralidade. Há uma causa estrutural, a defesa de diferentes formas de vida no planeta Terra. Nos arredores desta causa macro e difusa, ambientalistas podem atuar ativamente em pautas que envolvem o direito por moradia, regulações nas questões do trabalho ou lutas dos movimentos quilombolas ou indígenas.

social específico (HABERMAS, 1987). O mal-estar, o desconforto estudantil, e no caso falamos aqui de indivíduos já adultos, é percebido nas determinações internas ao ambiente universitário e também fora dos muros da universidade. Esta inquietação pode fazer do grupo social em tela nitroglicerina pura em determinadas conjunturas. Na próxima seção justamente discutiremos um pouco da conjuntura e os alvos, os elementos mobilizadores, o que estava na *alça de mira* do movimento estudantil de tonalidade progressista que conheci na UFF-Campos e na UENF nos últimos anos da década de 1990 e primeiros anos dos 2000. As pré-condições descritas por Habermas nos anos 1960 em sua realidade berlinense estavam postas para deflagrar diferentes estilos de ação coletiva no âmbito municipal que eu vivi.

Sobre móveis e palavras de ordem

Na conjuntura da minha experiência municipal (COUTINHO, 2003), compartilhada com minha geração, creio que para fins de síntese posso apresentar três elementos dotados de força mobilizadora conjuntural para o movimento estudantil que vivenciei: o neoliberalismo, o governo PSDB-FHC no governo federal e o garotismo. E não, não faz sentido tratar as três palavras de ordem como sinônimos. Grosso modo temos aí três diferentes escalas de enfrentamento e mobilização: a) o neoliberalismo, doutrina liberal e conservadora dotada de amplo alcance no sistema internacional que se particulariza nas diferentes experiências concretas geograficamente delimitadas (ANDRADE, 2019); b) o governo PSDB-FHC, no qual as propostas de mercantilização do ensino superior, austeridade sufocante para o ensino público, terceirizações de atividades meio, ganham robustez nacionalmente e se apresentam enquanto uma versão do *neoliberalismo realmente existente* (ANDRADE, 2019; PECK, 2020; WACQUANT, 2012) encarnado nas políticas voltadas para o ensino universitário; c) o garotismo (COUTINHO, 2016), uma experiência política em que o tradicional, no caso as práticas de mandonismo, se atualiza primeiramente em âmbito local, em Campos dos Goytacazes, onde vivemos a transição de uma oligarquia de bases socioeconômicas rurais para grupo de poder urbano modernizante (CRUZ, 2003), grupo este que posteriormente se espalha nas experiências dos governos estaduais de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho.

A tríade acima ajuda a compreendermos o que mobilizava os grupos nos protestos estudantis e na construção de um entendimento mais ou menos intersubjetivo entre seus participantes dos desafios da conjuntura do final dos anos 1990 e início dos 2000. São os “móveis” conjunturais do movimento que conheci, os grandes adversários a serem enfrentados, temas de discussão e reflexão. Contudo, é de fundamental importância destacar que as três grandes questões supracitadas se apresentavam, conforme já assinalei, de maneira generalizada mais como *palavras de ordem* do que propriamente como construções sistemáticas de entendimento acerca das exigências do momento. Palavra de ordem no contexto dos movimentos sociais é:

[...] forma de se expressar e dialogar com os demais segmentos sociais, marcando posição ideológica na medida em que se opõem também aos outros. Tais PO (palavras de ordem) vão inscritas

em bonés, faixas, cartazes, bótons, na capa de boletins, jornais e revistas – do próprio MV (movimento social) –, adesivos, etc. As palavras têm como características a concisão das propostas, reivindicações, origem do movimento, determinação, além de que marcam uma posição ideológica, representam uma fração do momento histórico. As palavras contêm em si uma força que proclama a participação geral; e são cantadas em coro ou gritadas nas manifestações públicas. (RODRIGUES; SOUZA, 2010, p. 5-6 – os parênteses são meus).

Justamente “Fora FHC e FMI²⁴”, “UENF Forte, Fora Fenorte”, dentre outras palavras de ordem, ilustravam adesivos em cadernos e paredes, eventualmente pichações, camisetas e cartazes das manifestações. Não se deve subestimar a importância desses recursos gráficos de protesto. No âmbito micro estes recursos permitem um primeiro contato, mesmo que ainda inarticulado, com bandeiras do(s) movimento(s), e podem ser uma introdução, um chamariz para movimentos de reflexividade mais densos que levem ao engajamento concreto em protestos como a Marcha dos 100 mil de 1999²⁵ ou plebiscitos populares como os ocorridos acerca da temática de Dívida Externa em setembro de 2000 ou sobre a ALCA no ano de 2002²⁶. Nas três ações coletivas os(as) estudantes universitários ajudaram ou a adensar, quando movimentos de massa, ou forneceram braços e logística para operacionalizar no caso dos plebiscitos. Mas, sem dúvida parte deste engajamento efetivo seria impensável sem um primeiro contato, mesmo que rudimentar e muitas vezes quase amparado em impacto estético, com as palavras de ordem.

As palavras de ordem, não obstante sua natureza sintética e sua importância aglutinadora, não redundam necessariamente em elaboração programática e/ou construção de diagnósticos. Sem dúvida as palavras de ordem informam e são utilizadas como vias de comunicação ativa com os membros do movimento entre si e com o seu entorno. Mas, evidentemente elas não bastam. Contudo, são as palavras de ordem que podem redundar em novo passo reflexivo, ocorrido no âmbito micro, de discussões entre os(as) estudantes e organização de palestras, rodas de discussão, etc. Trata-se, em outros termos, da socialização de conteúdos políticos, simbólicos, em um momento que antecede a popularização das redes sociais. Falo aqui de interações *face a face*.

De todo modo, aqui em esforço analítico, compreender o movimento implica colocar em evidência as palavras de ordem em esforço de tradução, tornar explícito o subtexto por trás delas. Foi este o esforço interpretativo, ainda que um tanto imaturo e precário, que fiz há quase duas décadas (COUTINHO, 2003). Afinal, as palavras de ordem acima descritas sumariamente é que são matéria prima da construção de narrativas construídas no espaço micro que irão ajudar a identificar adversários, aliados, possibilitarão a comunicação do movimento com outras instâncias e movimentos, etc. Justamente o projeto político em curso naquele momento em âmbito federal, caracterizado por uma precarização visível das condições de ensino nas universidades

²⁴ Fundo Monetário Internacional.

²⁵ Protesto em Brasília ocorrido em 26 de agosto de 1999 contra o governo PSDB-FHC.

²⁶ O plebiscito popular, iniciativa de um consórcio plural e popular, ocorreu entre 1º e 7 de setembro em 2002.

públicas brasileiras, colocou parcela importante dos estudantes organizados do movimento estudantil do ensino superior em oposição ao governo PSDB-FHC. Não foi acidental o apoio numeroso aos movimentos de greve docentes. Da mesma forma, no caso da versão do garotismo enquanto reprodução de suas práticas de mandonismo na UENF, ao obstaculizar a implementação da autonomia universitária, colocou igualmente os estudantes na oposição ao governo estadual. Retomando Habermas (1987), é a concretude da experiência na universidade moldando a fisionomia do movimento estudantil. E pela breve descrição que fiz da experiência psdebista e do governo Garotinho, dadas as afinidades do primeiro com as premissas do neoliberalismo ou o caráter autoritário no segundo, é possível compreender as razões pelas quais o movimento estudantil que vivenciei era dotado de uma feição progressista.

Palavras finais – questões contemporâneas e aprendizados políticos

Retomar meu trabalho de final de curso de graduação quase duas décadas após sua elaboração me arrastou ao momento presente em perspectiva comparada. O Brasil contemporâneo acumulou de lá para cá a experiência dos governos petistas (2003-2016), vivenciou à sua maneira a crise do subprime de 2008 em suas consequências, experimentou grandes mobilizações de rua em um continuum contraditório a partir de junho de 2013 e estas, por sua vez, tornaram-se combustível para a fogueira que dinamitou o segundo governo Dilma. Desde então o país entra em uma nova (ou retorno de velha) fase a partir do governo Temer onde há a legitimação no *establishment* do enfrentamento aos direitos sociais e trabalhistas e, posteriormente, acompanhamos o apogeu de nosso drama social com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições majoritárias de 2018. A conjuntura ainda em vigência é visivelmente demarcada pelo que André Singer chama de reativação da direita (SINGER, 2021) após relativa perda, por parte deste flanco do espectro ideológico, de capital político e de mobilização decorrente do relativo sucesso dos governos petistas em promover algum bem-estar material desigual e generalizado na população brasileira.

Contudo, conforme Rocha (2019), mesmo com a relativa desmobilização da direita nos governos do PT no âmbito do sistema político formal, desde o Mensalão em 2004 diversos grupos de críticos às experiências petistas se agruparam em fóruns de *internet* e redes sociais. Estes indivíduos e grupos, alguns que posteriormente assumiriam cargos no primeiro ou segundo escalão do governo Bolsonaro²⁷, produziram mudanças a olhos vistos na opinião pública brasileira. Com este fenômeno, que Rocha (2019) chama de *Nova Direita*, temos novas táticas de ação e mobilização utilizando ostensivamente enquanto meio a realidade virtual em suas interações com uso criativo da linguagem multimídia. E há, claro, o assédio ao público universitário por esta Nova Direita. Nesta empreitada Rocha (Idem) destaca a experiência do “Liberdade na Estrada”, projeto

²⁷ Dentre estes, Felipe Martins, Abraham Weintraub, Ricardo Salles e Adolfo Sachsida.

de disseminação dos princípios do liberalismo conservador do século XX nas universidades brasileiras, e a vitória deste grupo político em disputa pelo Diretório Central dos Estudantes na Universidade Federal do Maranhão.

Podemos dizer que neste caso da direita brasileira contemporânea há algo que o cientista político Gildo Marçal Brandão, já falecido, sintetizou em outro contexto como “formação de consciência” dos agentes diretamente envolvidos. Brandão se dedicou por anos ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, primeiramente enquanto militante e depois como analista acadêmico. Uma questão de Brandão neste tema de pesquisa era compreender como um partido que viveu boa parte do tempo na ilegalidade²⁸ conseguiu influenciar a sociedade brasileira. A resposta para o autor se dá pela via da “formação de uma elite dotada de consciência estatal” (BRANDÃO, 1992). Não obstante uma militância que não respirava o ar das cidades, e sim compartilhava o oxigênio rarefeito nas catacumbas da clandestinidade, o PC conseguiu disseminar uma “consciência”, uma perspectiva, uma visão-de-mundo. O PC, para Brandão, era espaço de formação que se concretizava na rotina, na socialização, nas disputas no interior do partido, nos cursos de formação, nos debates, ainda que na clandestinidade. O mesmo vale para a *Nova Direita* descrita por Camila Rocha (2019) no contexto contemporâneo que em conjuntura democrática e à luz do dia formou e segue formando quadros e consciências. E, sem dúvida, estas conclusões valem igualmente para o debate que resultou no meu trabalho de 2003. Vejamos.

Brandão (1992) e Rocha (Idem) descrevem o que podemos sintetizar como *trabalho político de base* e suas consequências. Trazendo para a minha experiência municipal, como militante ou como interlocutor, posso afirmar que no trabalho político de base, a socialização política é potencialmente das maiores heranças para quem tenha vivido o movimento estudantil universitário, o que inclui o conflito entre companheir@s ao nosso lado ou de fora de grupo. O aprendizado derivado da convivência com as diferenças, a necessidade do diálogo, a busca por composição de alianças, a identificação de adversários, o estabelecimento de tarefas coletivas e colaborativas, a atuação junto de outros atores políticos (pastorais, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos), se apresenta como um dos primeiros momentos de experimentação política de muitos indivíduos e isto ocorre justamente nos Centros e Diretórios Acadêmicos ou no Diretório Central dos Estudantes. É a experiência concreta da participação *in loco* e também no corpo a corpo das instâncias de representação, o que inclui a ocupação proporcional de cadeiras com voz e voto nos colegiados formais da própria Universidade, que franqueia a possibilidade do aprendizado político.

Retomando o meu período de análise e vivência, não é crível afirmar como Brandão que há propriamente e de maneira inequívoca a formação de uma “elite dotada de consciência estatal” como foi sua conclusão sobre o PC. Porém, e sem citar diretamente ninguém, dado que posso esquecer algum nome e ferir suscetibilidades, muitos dos quadros com os quais convivi nos

²⁸ O Partidão viveu apenas 3 anos e meio de legalidade entre 1922 e 1985.

círculos sociais do movimento estudantil, no DACOM da UFF em Campos ou no DCE-UENF, depois se tornaram docentes em universidades públicas, membros do alto escalão no serviço público, assessoraram movimentos sociais, ocuparam conselhos municipais e dirigiram pastas governamentais nos três níveis de governo. Seria necessário retomar a pesquisa nos dias de hoje para compreender como os indivíduos com os quais convivi e/ou entrevistei²⁹ avaliam retrospectivamente a conexão entre momento atual da carreira e experiência na militância estudantil. Porém, a socialização descrita no parágrafo anterior é compartilhada, socialização esta que permitiu que as *palavras de ordem* analisadas na segunda seção deste trabalho se tornassem mais do que recursos dotados de caráter aglutinador de curto prazo. Em última instância, os espaços e momentos coletivos de debate permitiram importante adensamento de reflexividade sobre os temas-chave que se apresentavam como móveis do movimento naquele momento (COUTINHO, 2003).

Cabe destacar que minha ênfase na socialização e no aprendizado político justamente objetiva chamar a atenção para além da capacidade de criação de *atos políticos* pelo movimento estudantil. Os fatos políticos, expressão mais visível da ação coletiva que guardam em si o poder até mesmo de reversão de conjunturas, favoravelmente ou de maneira desfavorável para determinada causa ou grupo, são indubitavelmente importantes. Em 2001 a incursão dos estudantes da UENF no campus avançado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Campos dos Goytacazes e a recepção violenta e desastrosa por parte da claqué que acompanhava o então governador Anthony Garotinho³⁰, eis o fato político, gerou impacto na mídia tradicional em escala nacional. O vexame, junto à longa mobilização e greve com duração de três meses (COUTINHO, 2003), pavimentou de maneira decisiva o caminho para a autonomia administrativa da instituição. Igualmente nos anos dos governos PSDB-FHC a ocupação de espaços nas instituições públicas, inclusive das reitorias Brasil afora, além da atuação junto a outros atores políticos em grandes mobilizações como a Marcha dos Cem Mil em Brasília no ano de 1999, deram corpo e tonalidade progressista à oposição ao governo tucano³¹. Não é exagero dizer que deste caldo de cultura oposicionista e progressista, em que o movimento estudantil era um dos atores, temos a antessala das experiências petistas posteriores. Mas, mais uma vez estamos aqui para além dos fatos políticos e das palavras de ordem. Estamos no espaço propício para o exercício da imaginação política, da invenção, ao discutirmos aquele cenário lá entre a segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000.

²⁹ No período da pesquisa com o movimento estudantil da UENF realizei entrevista semi-estruturada com 10 estudantes que ocupavam mandatos em centros acadêmicos e no DCE.

³⁰ O governador cumpria agenda em nome do estado no campus da UFRRJ na ocasião.

³¹ Especialmente no DACOM da UFF-Campos, em âmbito micro, vale mencionar a participação de seus membros na organização dos plebiscitos populares acerca da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e sobre a dívida externa brasileira.

O cenário hoje desta década de 20 do século XXI indica uma outra complexidade. Há mais forças políticas relevantes dos dois lados do espectro político disputando espaços na Universidade e estas disputas de alguma maneira tanto reverberam quanto reproduzem os influxos comunicativos da opinião pública e da própria sociedade. Penso que justamente esta elevação de temperatura política, o que aumenta a exigência da capacidade de formulação dos envolvidos e emula disputas que se encontram fora dos muros da Universidade, pode ser salutar. Os tempos em si são desafiadores e a imaginação política, esta capacidade criativa da busca por soluções coletivas, pode ser um dos remédios para o que o crítico cultural britânico Mark Fisher (2009) chamou melancolicamente de realismo capitalista. O caráter experimentalista do movimento estudantil faz deste um espaço do potencial surgimento de sociabilidades emergentes e novas formas de resistência. Mas, como indiquei, pode ser igualmente colonizado pelas mesmas forças que geram os sintomas mórbidos ora em evidência.

Referências

- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n.1, jan./abr. 2019, p.211-239.
- BRANDÃO, Gildo. Partido ilegal e o sistema partidário: o PC entre 1945 e 1964. **XVI Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda**, Caxambu, MG, 1992, 18 pp.
- COUTINHO, George Gomes. Ecos do garotismo. **Jornal Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 01 out. 2016, p. 04.
- COUTINHO, George Gomes. **Movimento estudantil e (na) universidade pública: estratégias para o enfrentamento de políticas educacionais de ensino universitário entre 1994 e 2002**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2003.
- CRUZ, José Luiz Vianna da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no norte fluminense**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003, p.37-61.
- FISHER, Mark. **Capitalism realism: is there no alternative?** London: Zero Books, 2009.
- GAJANIGO, Paulo. Evocações e disputas sobre o “Clima da Abertura” durante o período de transição no Brasil (1974-1985). **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v.08, n.18, jan./abr. 2020, p.161-182.
- GIANNOTTI, José Arthur. Comentários: de um filósofo municipal, que, depois de comentado, pode ser promovido a filósofo estadual. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 90, jul. 2011, p.57-62.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, Ong’s, e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Toward a rational society: student protest, science and politics**. Cambridge: Polity Press, 1987.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed, São Paulo: Editora 34, 2009.

LYNCH, Christian Edward C.. Cultura política brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 36, 2017, p.5-19.

LYNCH, Christian Edward C.. Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n.4, 2013, p.727-767.

NOBRE, Marcos. O filósofo municipal, a Setzung e uma coalizão lógico-ontológica. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 90, jul. 2011, p. 35-55.

PARADA, Renato. Filósofo e provocador. **Pesquisa Fapesp**. São Paulo, n. 307, set. 2021, p. 84-85.

PECK, Jamie. Neoliberalismo realmente existente, estrutura de poder e ação política (entrevista concedida a Fernanda Pernasetti). **E-metropolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. Rio de Janeiro, n.42, ano 11, set. 2020, p.62-69. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/331/original/emetropolis42_entrevista.pdf?1604532008, acesso em 23 dez. 2021.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 62(3), 2019.

RODRIGUES, Marlon Leal; SOUZA, Antônio Carlos Santana de. MST: Palavra de ordem. **Web Revista Página de Debates: questões de linguística e linguagem**. Campos Grande, n. 13, fev. 2010, p.1-14m disponível em: <http://linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/13/Arquivos/02%20Marlon%20e%20Antonio%20Carlos.pdf>, acesso em 26 dez. 2021.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. In: **SciELO pré-prints**. Pré-print publicado em jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1664>, acesso em dez. 2021.

WACQUANT, Loic. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, set./dez. 2012, p.505-518.

NOTAS

* George Gomes Coutinho

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense - Polo de Campos dos Goytacazes, RJ. Coordenador do Grupo de Estudos Álvaro Vieira Pinto (dedicado a discutir, compreender, estudar e divulgar o Pensamento Político Brasileiro)

E-mail: georgec@id.uf.br

<https://orcid.org/0000-0002-4169-6353>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

HISTÓRICO

Recebido em: 22-01-2022 – Aprovado em: 05-02-2022 – Publicado em: 14-06-2022